

Entrevista com Verlane Aragão Santos

Por Anderson David Gomes dos Santos e Manoel Dourado Bastos

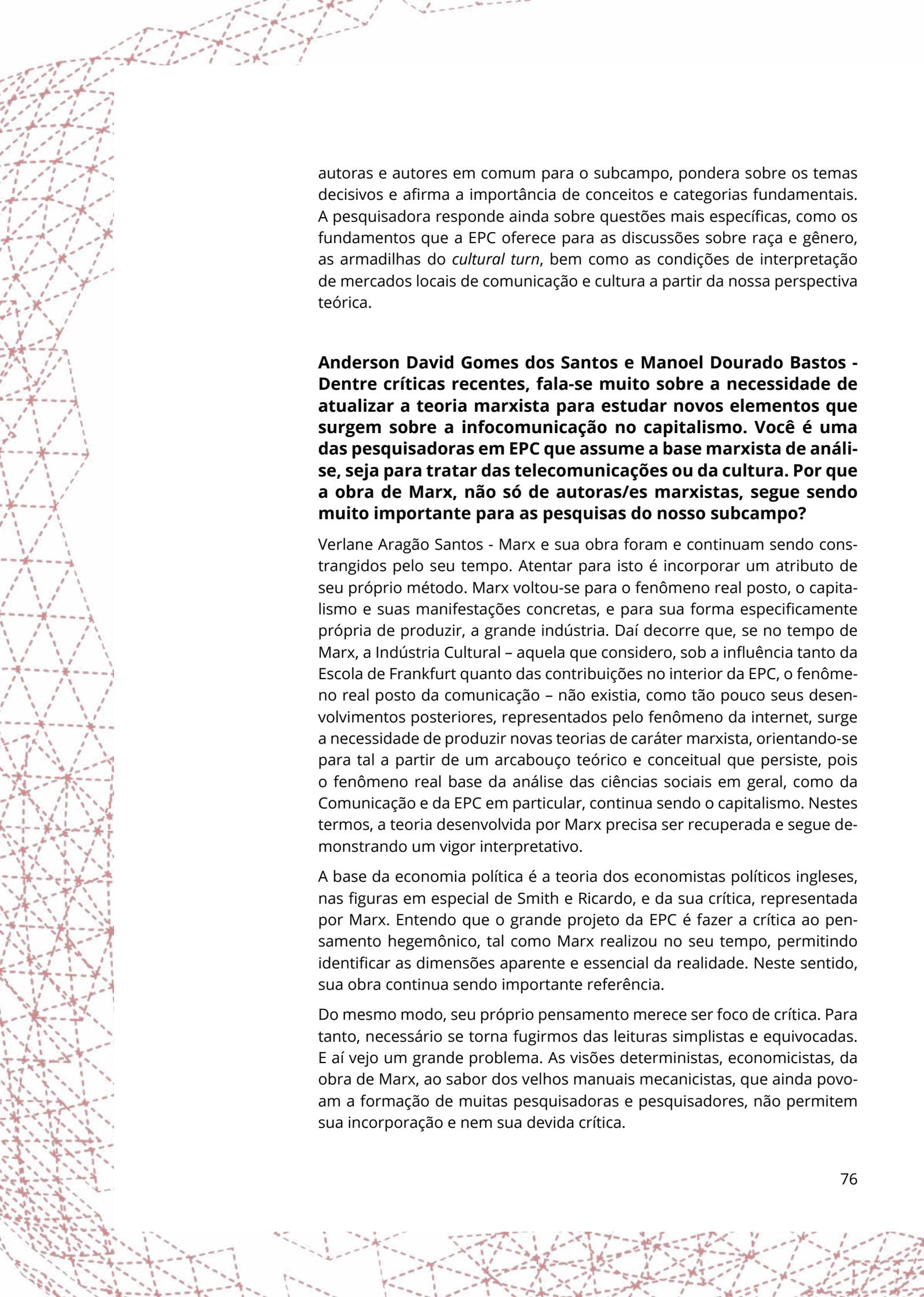
Contato: anderson.santos@gmail.com, manoel.bastos@gmail.com, manoel.bastos@uel.br

1. Ouvir especialmente o episódio “#11 - O Trabalho Cultural”, com Verlane Aragão Santos, do podcast Jogando Dados, que é um programa produzido pelos grupos de pesquisa CEPKOM (Crítica da Economia Política da Comunicação), da UFAL (Universidade Federal de Alagoas); e Cubo (Laboratório de Estudos sobre Comunicação e Crise do Capitalismo), da UEL (Universidade Estadual de Londrina). Disponível em: <<https://anchor.fm/jogando-dados/episodes/11---O-Trabalho-Cultural-com-Verlane-Aragao-Santos-eg69im>>. Acesso em: 10 set. 2020.

A escolha para que Verlane Aragão Santos fosse a entrevistada deste dossiê já estava dada meses antes de recebermos a submissão do artigo “Nós, as economistas políticas da comunicação”, em que as autoras apontam, entre outras coisas, a grande diferença quantitativa entre entrevistas com mulheres e homens ao longo dos 21 anos de história da Revista EPTIC. Nos grupos de trabalho e pesquisa dos eventos, no que é produzido por ela e orientandas/os no grupo de pesquisa OBSCOM/CEPOS, mas também nas atividades de difusão científica como o podcast Jogando Dados¹ e as Rodas de Leitura em EPC da Ulepicc-Brasil (capítulo Brasil da União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura), confirmamos a necessidade de ler e ouvir com afinco a produção de Verlane, fundamental para quem estuda os objetos infocomunicacionais a partir do método do materialismo histórico-dialético.

Verlane Aragão Santos é professora da Universidade Federal de Sergipe (UFS), onde atua no Mestrado Profissional em Economia, o qual ela coordenava no momento desta entrevista, e no Mestrado em Comunicação. Sua formação é de fora do campo da Comunicação, com graduação em Ciências Econômicas e mestrado em Ciências Sociais pela UFS e doutorado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Entretanto, os seus objetos gerais de estudo, telecomunicações e cultura, são pesquisados a partir da base da Crítica da Economia Política aplicada à Comunicação, tornando-se uma importante pesquisadora da Economia Política da Comunicação no Brasil, sendo ainda um exemplo da interdisciplinaridade possível na nossa atuação.

Na entrevista a seguir, Verlane comenta a importância da obra de Marx para a Economia Política da Comunicação (EPC) diante dos imperativos de “atualização teórica”, avalia a importância da constituição de uma base de



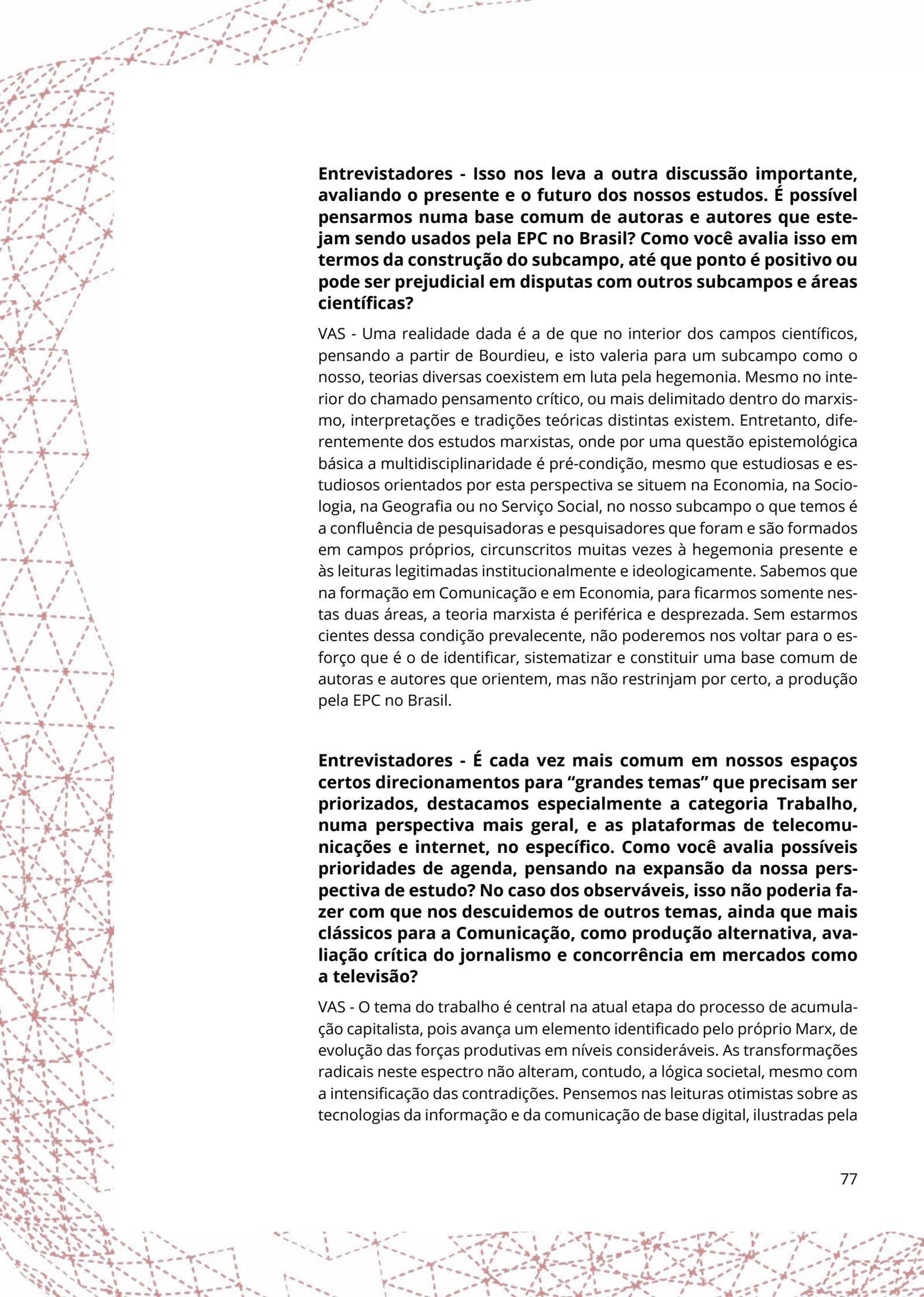
autoras e autores em comum para o subcampo, pondera sobre os temas decisivos e afirma a importância de conceitos e categorias fundamentais. A pesquisadora responde ainda sobre questões mais específicas, como os fundamentos que a EPC oferece para as discussões sobre raça e gênero, as armadilhas do *cultural turn*, bem como as condições de interpretação de mercados locais de comunicação e cultura a partir da nossa perspectiva teórica.

**Anderson David Gomes dos Santos e Manoel Dourado Bastos -
Dentre críticas recentes, fala-se muito sobre a necessidade de atualizar a teoria marxista para estudar novos elementos que surgem sobre a infocomunicação no capitalismo. Você é uma das pesquisadoras em EPC que assume a base marxista de análise, seja para tratar das telecomunicações ou da cultura. Por que a obra de Marx, não só de autoras/es marxistas, segue sendo muito importante para as pesquisas do nosso subcampo?**

Verlane Aragão Santos - Marx e sua obra foram e continuam sendo constrangidos pelo seu tempo. Atentar para isto é incorporar um atributo de seu próprio método. Marx voltou-se para o fenômeno real posto, o capitalismo e suas manifestações concretas, e para sua forma especificamente própria de produzir, a grande indústria. Daí decorre que, se no tempo de Marx, a Indústria Cultural – aquela que considero, sob a influência tanto da Escola de Frankfurt quanto das contribuições no interior da EPC, o fenômeno real posto da comunicação – não existia, como tão pouco seus desenvolvimentos posteriores, representados pelo fenômeno da internet, surge a necessidade de produzir novas teorias de caráter marxista, orientando-se para tal a partir de um arcabouço teórico e conceitual que persiste, pois o fenômeno real base da análise das ciências sociais em geral, como da Comunicação e da EPC em particular, continua sendo o capitalismo. Nestes termos, a teoria desenvolvida por Marx precisa ser recuperada e segue demonstrando um vigor interpretativo.

A base da economia política é a teoria dos economistas políticos ingleses, nas figuras em especial de Smith e Ricardo, e da sua crítica, representada por Marx. Entendo que o grande projeto da EPC é fazer a crítica ao pensamento hegemônico, tal como Marx realizou no seu tempo, permitindo identificar as dimensões aparente e essencial da realidade. Neste sentido, sua obra continua sendo importante referência.

Do mesmo modo, seu próprio pensamento merece ser foco de crítica. Para tanto, necessário se torna fugirmos das leituras simplistas e equivocadas. E aí vejo um grande problema. As visões deterministas, economicistas, da obra de Marx, ao sabor dos velhos manuais mecanicistas, que ainda povoam a formação de muitas pesquisadoras e pesquisadores, não permitem sua incorporação e nem sua devida crítica.

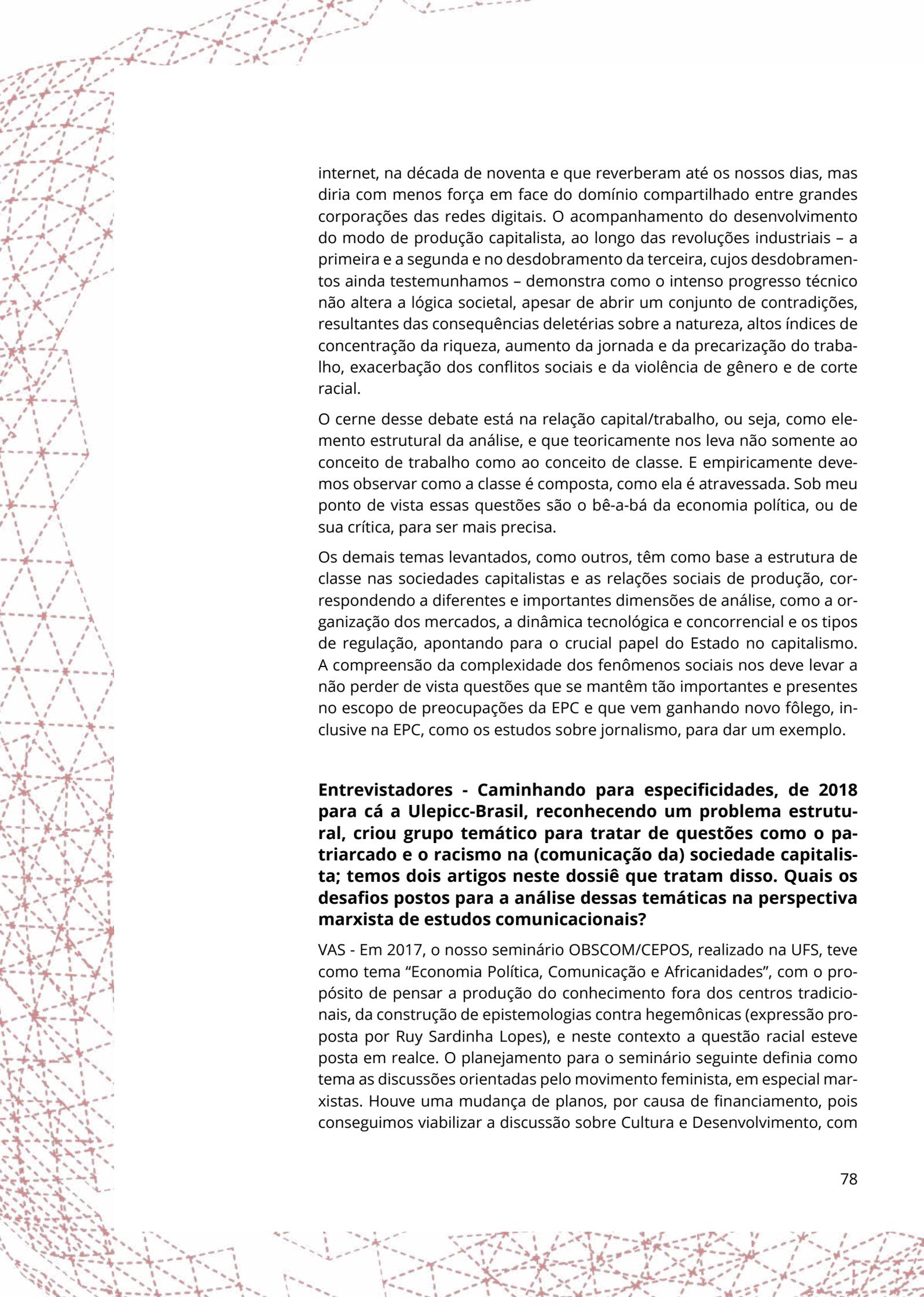


Entrevistadores - Isso nos leva a outra discussão importante, avaliando o presente e o futuro dos nossos estudos. É possível pensarmos numa base comum de autoras e autores que estejam sendo usados pela EPC no Brasil? Como você avalia isso em termos da construção do subcampo, até que ponto é positivo ou pode ser prejudicial em disputas com outros subcampos e áreas científicas?

VAS - Uma realidade dada é a de que no interior dos campos científicos, pensando a partir de Bourdieu, e isto valeria para um subcampo como o nosso, teorias diversas coexistem em luta pela hegemonia. Mesmo no interior do chamado pensamento crítico, ou mais delimitado dentro do marxismo, interpretações e tradições teóricas distintas existem. Entretanto, diferentemente dos estudos marxistas, onde por uma questão epistemológica básica a multidisciplinaridade é pré-condição, mesmo que estudiosas e estudiosos orientados por esta perspectiva se situem na Economia, na Sociologia, na Geografia ou no Serviço Social, no nosso subcampo o que temos é a confluência de pesquisadoras e pesquisadores que foram e são formados em campos próprios, circunscritos muitas vezes à hegemonia presente e às leituras legitimadas institucionalmente e ideologicamente. Sabemos que na formação em Comunicação e em Economia, para ficarmos somente nestas duas áreas, a teoria marxista é periférica e desprezada. Sem estarmos cientes dessa condição prevalente, não poderemos nos voltar para o esforço que é o de identificar, sistematizar e constituir uma base comum de autoras e autores que orientem, mas não restrinjam por certo, a produção pela EPC no Brasil.

Entrevistadores - É cada vez mais comum em nossos espaços certos direcionamentos para “grandes temas” que precisam ser priorizados, destacamos especialmente a categoria Trabalho, numa perspectiva mais geral, e as plataformas de telecomunicações e internet, no específico. Como você avalia possíveis prioridades de agenda, pensando na expansão da nossa perspectiva de estudo? No caso dos observáveis, isso não poderia fazer com que nos descuidemos de outros temas, ainda que mais clássicos para a Comunicação, como produção alternativa, avaliação crítica do jornalismo e concorrência em mercados como a televisão?

VAS - O tema do trabalho é central na atual etapa do processo de acumulação capitalista, pois avança um elemento identificado pelo próprio Marx, de evolução das forças produtivas em níveis consideráveis. As transformações radicais neste espectro não alteram, contudo, a lógica societal, mesmo com a intensificação das contradições. Pensemos nas leituras otimistas sobre as tecnologias da informação e da comunicação de base digital, ilustradas pela



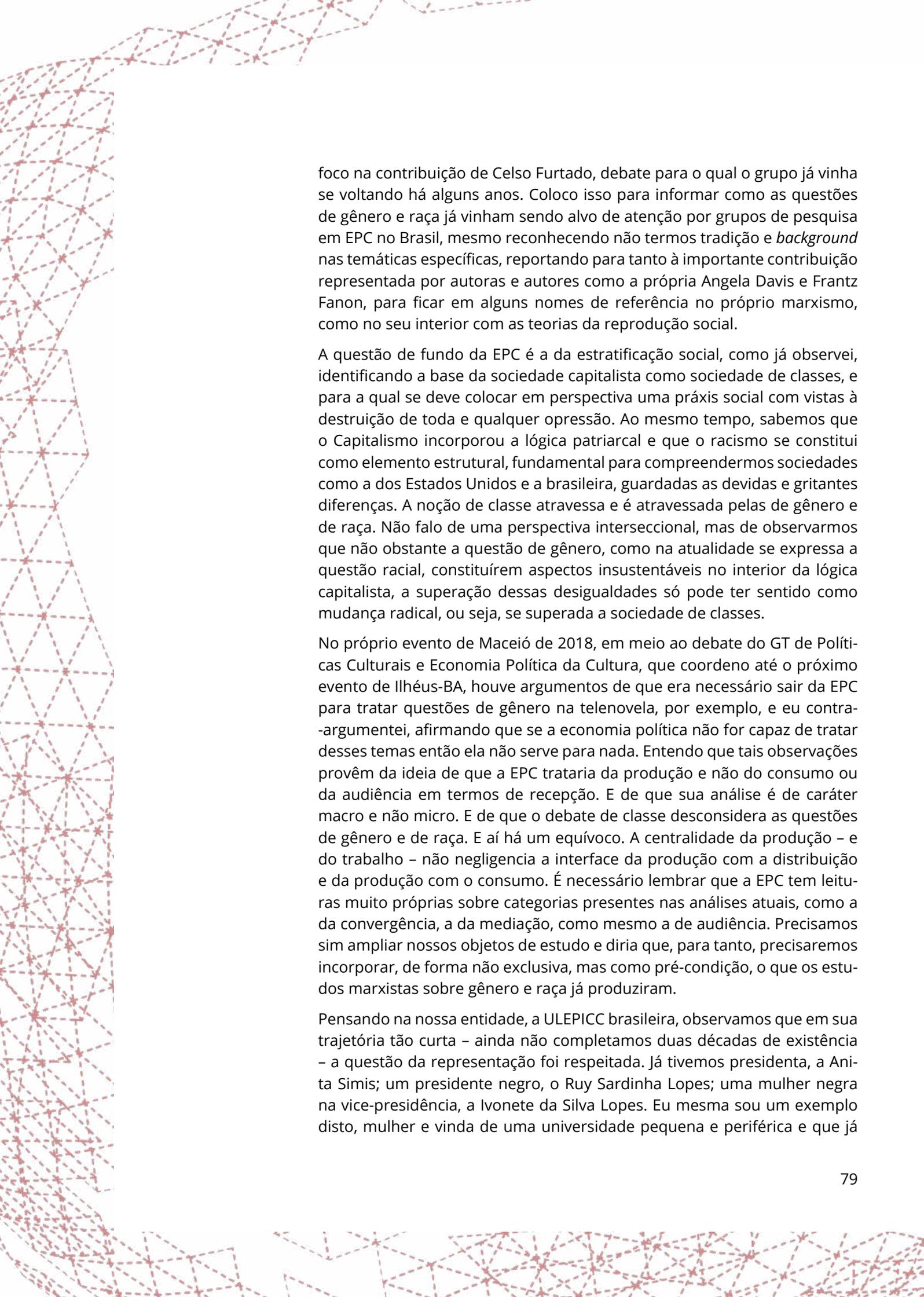
internet, na década de noventa e que reverberam até os nossos dias, mas diria com menos força em face do domínio compartilhado entre grandes corporações das redes digitais. O acompanhamento do desenvolvimento do modo de produção capitalista, ao longo das revoluções industriais – a primeira e a segunda e no desdobramento da terceira, cujos desdobramentos ainda testemunhamos – demonstra como o intenso progresso técnico não altera a lógica societal, apesar de abrir um conjunto de contradições, resultantes das consequências deletérias sobre a natureza, altos índices de concentração da riqueza, aumento da jornada e da precarização do trabalho, exacerbação dos conflitos sociais e da violência de gênero e de corte racial.

O cerne desse debate está na relação capital/trabalho, ou seja, como elemento estrutural da análise, e que teoricamente nos leva não somente ao conceito de trabalho como ao conceito de classe. E empiricamente devemos observar como a classe é composta, como ela é atravessada. Sob meu ponto de vista essas questões são o bê-a-bá da economia política, ou de sua crítica, para ser mais precisa.

Os demais temas levantados, como outros, têm como base a estrutura de classe nas sociedades capitalistas e as relações sociais de produção, correspondendo a diferentes e importantes dimensões de análise, como a organização dos mercados, a dinâmica tecnológica e concorrencial e os tipos de regulação, apontando para o crucial papel do Estado no capitalismo. A compreensão da complexidade dos fenômenos sociais nos deve levar a não perder de vista questões que se mantêm tão importantes e presentes no escopo de preocupações da EPC e que vem ganhando novo fôlego, inclusive na EPC, como os estudos sobre jornalismo, para dar um exemplo.

Entrevistadores - Caminhando para especificidades, de 2018 para cá a Ulepicc-Brasil, reconhecendo um problema estrutural, criou grupo temático para tratar de questões como o patriarcado e o racismo na (comunicação da) sociedade capitalista; temos dois artigos neste dossiê que tratam disso. Quais os desafios postos para a análise dessas temáticas na perspectiva marxista de estudos comunicacionais?

VAS - Em 2017, o nosso seminário OBSCOM/CEPOS, realizado na UFS, teve como tema “Economia Política, Comunicação e Africanidades”, com o propósito de pensar a produção do conhecimento fora dos centros tradicionais, da construção de epistemologias contra hegemônicas (expressão proposta por Ruy Sardinha Lopes), e neste contexto a questão racial esteve posta em realce. O planejamento para o seminário seguinte definia como tema as discussões orientadas pelo movimento feminista, em especial marxistas. Houve uma mudança de planos, por causa de financiamento, pois conseguimos viabilizar a discussão sobre Cultura e Desenvolvimento, com

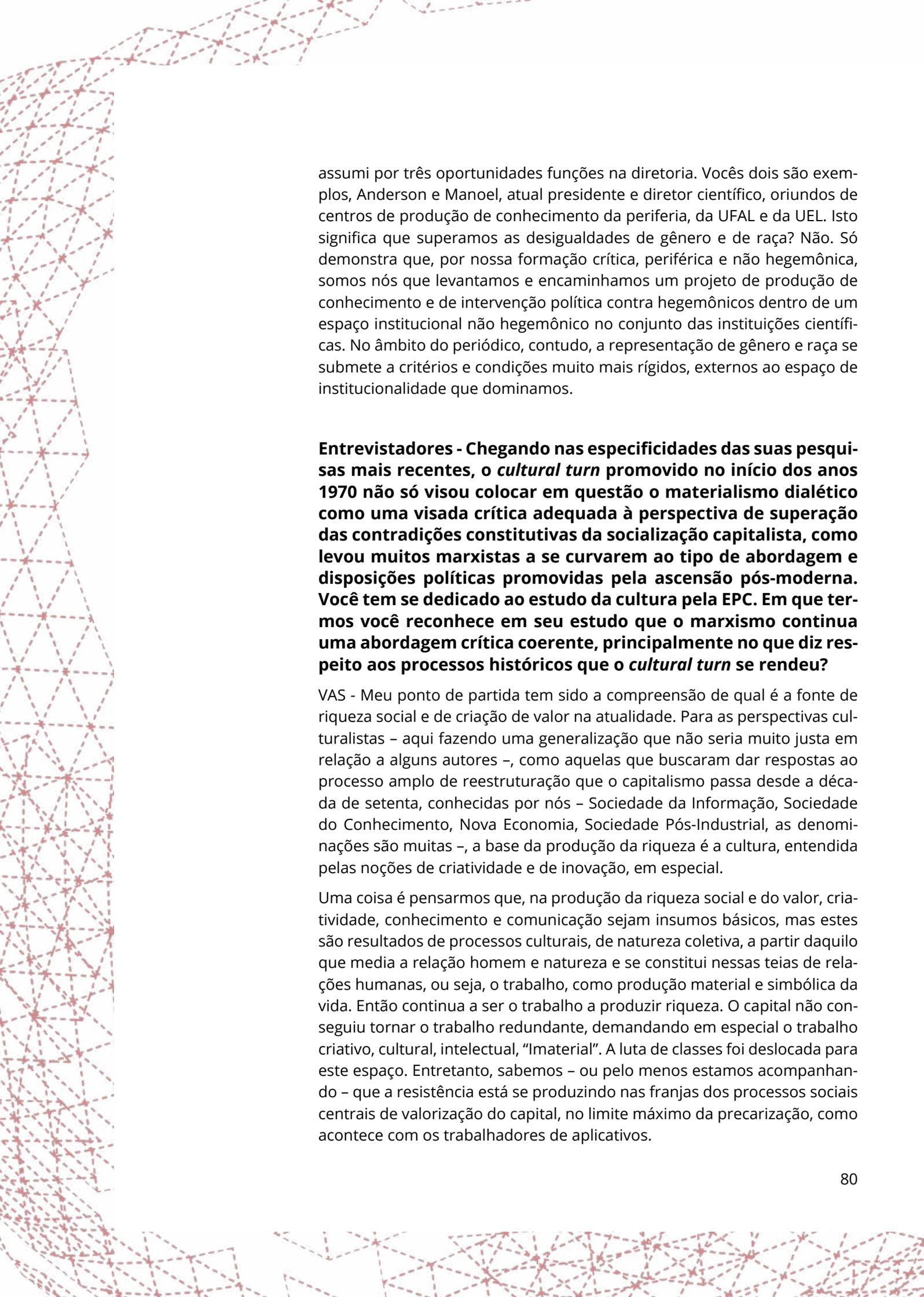


foco na contribuição de Celso Furtado, debate para o qual o grupo já vinha se voltando há alguns anos. Coloco isso para informar como as questões de gênero e raça já vinham sendo alvo de atenção por grupos de pesquisa em EPC no Brasil, mesmo reconhecendo não termos tradição e *background* nas temáticas específicas, reportando para tanto à importante contribuição representada por autoras e autores como a própria Angela Davis e Frantz Fanon, para ficar em alguns nomes de referência no próprio marxismo, como no seu interior com as teorias da reprodução social.

A questão de fundo da EPC é a da estratificação social, como já observei, identificando a base da sociedade capitalista como sociedade de classes, e para a qual se deve colocar em perspectiva uma práxis social com vistas à destruição de toda e qualquer opressão. Ao mesmo tempo, sabemos que o Capitalismo incorporou a lógica patriarcal e que o racismo se constitui como elemento estrutural, fundamental para compreendermos sociedades como a dos Estados Unidos e a brasileira, guardadas as devidas e gritantes diferenças. A noção de classe atravessa e é atravessada pelas de gênero e de raça. Não falo de uma perspectiva interseccional, mas de observarmos que não obstante a questão de gênero, como na atualidade se expressa a questão racial, constituírem aspectos insustentáveis no interior da lógica capitalista, a superação dessas desigualdades só pode ter sentido como mudança radical, ou seja, se superada a sociedade de classes.

No próprio evento de Maceió de 2018, em meio ao debate do GT de Políticas Culturais e Economia Política da Cultura, que coordeno até o próximo evento de Ilhéus-BA, houve argumentos de que era necessário sair da EPC para tratar questões de gênero na telenovela, por exemplo, e eu contra-arguntei, afirmando que se a economia política não for capaz de tratar desses temas então ela não serve para nada. Entendo que tais observações provêm da ideia de que a EPC trataria da produção e não do consumo ou da audiência em termos de recepção. E de que sua análise é de caráter macro e não micro. E de que o debate de classe desconsidera as questões de gênero e de raça. E aí há um equívoco. A centralidade da produção – e do trabalho – não negligencia a interface da produção com a distribuição e da produção com o consumo. É necessário lembrar que a EPC tem leituras muito próprias sobre categorias presentes nas análises atuais, como a da convergência, a da mediação, como mesmo a de audiência. Precisamos sim ampliar nossos objetos de estudo e diria que, para tanto, precisaremos incorporar, de forma não exclusiva, mas como pré-condição, o que os estudos marxistas sobre gênero e raça já produziram.

Pensando na nossa entidade, a ULEPICC brasileira, observamos que em sua trajetória tão curta – ainda não completamos duas décadas de existência – a questão da representação foi respeitada. Já tivemos presidenta, a Anita Simis; um presidente negro, o Ruy Sardinha Lopes; uma mulher negra na vice-presidência, a Ivonete da Silva Lopes. Eu mesma sou um exemplo disto, mulher e vinda de uma universidade pequena e periférica e que já

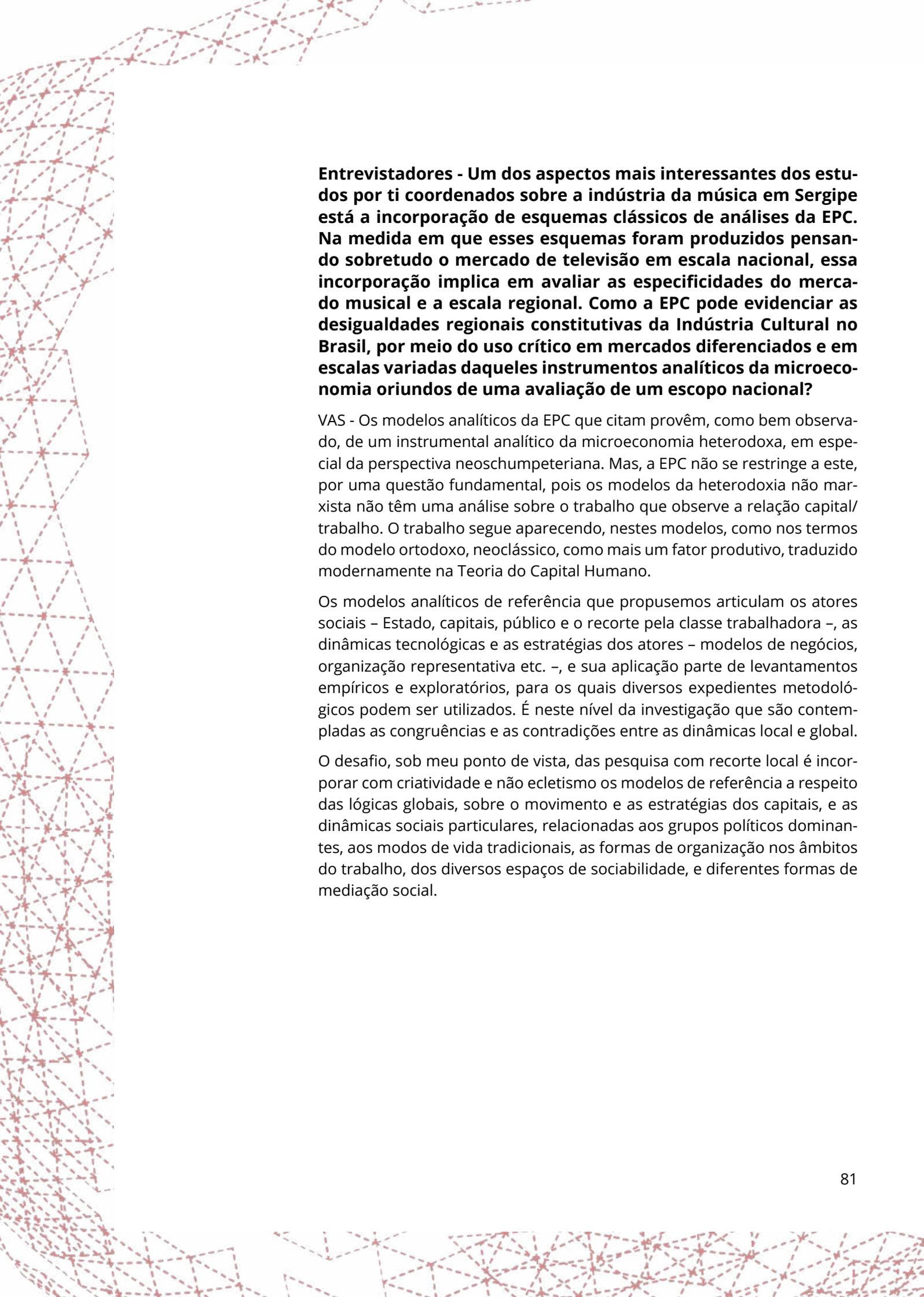


assumi por três oportunidades funções na diretoria. Vocês dois são exemplos, Anderson e Manoel, atual presidente e diretor científico, oriundos de centros de produção de conhecimento da periferia, da UFAL e da UEL. Isto significa que superamos as desigualdades de gênero e de raça? Não. Só demonstra que, por nossa formação crítica, periférica e não hegemônica, somos nós que levantamos e encaminhamos um projeto de produção de conhecimento e de intervenção política contra hegemônicos dentro de um espaço institucional não hegemônico no conjunto das instituições científicas. No âmbito do periódico, contudo, a representação de gênero e raça se submete a critérios e condições muito mais rígidos, externos ao espaço de institucionalidade que dominamos.

Entrevistadores - Chegando nas especificidades das suas pesquisas mais recentes, o *cultural turn* promovido no início dos anos 1970 não só visou colocar em questão o materialismo dialético como uma visada crítica adequada à perspectiva de superação das contradições constitutivas da socialização capitalista, como levou muitos marxistas a se curvarem ao tipo de abordagem e disposições políticas promovidas pela ascensão pós-moderna. Você tem se dedicado ao estudo da cultura pela EPC. Em que termos você reconhece em seu estudo que o marxismo continua uma abordagem crítica coerente, principalmente no que diz respeito aos processos históricos que o *cultural turn* se rendeu?

VAS - Meu ponto de partida tem sido a compreensão de qual é a fonte de riqueza social e de criação de valor na atualidade. Para as perspectivas culturalistas – aqui fazendo uma generalização que não seria muito justa em relação a alguns autores –, como aquelas que buscaram dar respostas ao processo amplo de reestruturação que o capitalismo passa desde a década de setenta, conhecidas por nós – Sociedade da Informação, Sociedade do Conhecimento, Nova Economia, Sociedade Pós-Industrial, as denominações são muitas –, a base da produção da riqueza é a cultura, entendida pelas noções de criatividade e de inovação, em especial.

Uma coisa é pensarmos que, na produção da riqueza social e do valor, criatividade, conhecimento e comunicação sejam insumos básicos, mas estes são resultados de processos culturais, de natureza coletiva, a partir daquilo que media a relação homem e natureza e se constitui nessas teias de relações humanas, ou seja, o trabalho, como produção material e simbólica da vida. Então continua a ser o trabalho a produzir riqueza. O capital não conseguiu tornar o trabalho redundante, demandando em especial o trabalho criativo, cultural, intelectual, “Imaterial”. A luta de classes foi deslocada para este espaço. Entretanto, sabemos – ou pelo menos estamos acompanhando – que a resistência está se produzindo nas franjas dos processos sociais centrais de valorização do capital, no limite máximo da precarização, como acontece com os trabalhadores de aplicativos.



Entrevistadores - Um dos aspectos mais interessantes dos estudos por ti coordenados sobre a indústria da música em Sergipe está a incorporação de esquemas clássicos de análises da EPC. Na medida em que esses esquemas foram produzidos pensando sobretudo o mercado de televisão em escala nacional, essa incorporação implica em avaliar as especificidades do mercado musical e a escala regional. Como a EPC pode evidenciar as desigualdades regionais constitutivas da Indústria Cultural no Brasil, por meio do uso crítico em mercados diferenciados e em escalas variadas daqueles instrumentos analíticos da microeconomia oriundos de uma avaliação de um escopo nacional?

VAS - Os modelos analíticos da EPC que citam provêm, como bem observado, de um instrumental analítico da microeconomia heterodoxa, em especial da perspectiva neoschumpeteriana. Mas, a EPC não se restringe a este, por uma questão fundamental, pois os modelos da heterodoxia não marxista não têm uma análise sobre o trabalho que observe a relação capital/trabalho. O trabalho segue aparecendo, nestes modelos, como nos termos do modelo ortodoxo, neoclássico, como mais um fator produtivo, traduzido modernamente na Teoria do Capital Humano.

Os modelos analíticos de referência que propusemos articulam os atores sociais – Estado, capitais, público e o recorte pela classe trabalhadora –, as dinâmicas tecnológicas e as estratégias dos atores – modelos de negócios, organização representativa etc. –, e sua aplicação parte de levantamentos empíricos e exploratórios, para os quais diversos expedientes metodológicos podem ser utilizados. É neste nível da investigação que são contempladas as congruências e as contradições entre as dinâmicas local e global.

O desafio, sob meu ponto de vista, das pesquisa com recorte local é incorporar com criatividade e não ecletismo os modelos de referência a respeito das lógicas globais, sobre o movimento e as estratégias dos capitais, e as dinâmicas sociais particulares, relacionadas aos grupos políticos dominantes, aos modos de vida tradicionais, as formas de organização nos âmbitos do trabalho, dos diversos espaços de sociabilidade, e diferentes formas de mediação social.